



1 **ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO NDE DO CURSO DE BACHARELADO EM**  
2 **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.** No dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte, às nove  
3 horas, ocorreu a oitava reunião ordinária do NDE do curso de bacharelado em Administração  
4 Pública. Ponto único de Pauta: Discussão a respeito das alterações necessárias no PPC, após  
5 considerações da DAP. Membros presentes: Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá,  
6 Edimilson Eduardo da Silva, Naldeir dos Santos Vieira, Marcos Valério Martins Soares,  
7 Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira, Daniel Moraes Santos e Carlos Alberto Mirez  
8 Tarrillo. A reunião contou com a participação das convidadas: Luciane do Divino Pereira  
9 Barroso, técnica em assuntos educacionais na DAP/ Diamantina; e da Juliana Clara Piton,  
10 pedagoga na DAP/Teófilo Otoni, e Sueli Estel Soares dos Reis. A coordenadora Adriana abriu  
11 a reunião agradecendo a presença de todos. Desejou boas-vindas a Luciane e Juliana, que se  
12 disponibilizaram em participar da reunião no intuito de esclarecer as dúvidas em relação as  
13 observações realizadas no PPC pela DAP. A professora Adriana pediu que Luciane e Juliana  
14 fizessem uso da palavra, a fim de explanar aos membros presentes as alterações necessárias que  
15 deveriam ser aplicadas ao PPC. A técnica Luciane Barroso afirmou que ao ler o PPC e fazer a  
16 análise, observou que o NDE “fez o dever de casa, tal qual a CAPES propôs”, no entanto  
17 observou que o novo PPC analisado, está muito atrelado ao PPC de 2012. Afirmou que com a  
18 implementação das DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais), de 2014, o curso de  
19 Administração Pública já deveria ter pensado em desenvolver as transformações no PPC, visto  
20 que essa revisão se torna obrigatória. Luciane afirmou que para realizar as alterações no PPC,  
21 não devem ser analisadas apenas as normas internas da UFVJM, mas principalmente as  
22 normativas dispostas pelo Conselho Nacional de Educação, pois é o conselho responsável por  
23 ditar as diretrizes da educação de forma geral. Luciane, alegou que o curso de Administração  
24 Pública já possui mais de dez anos de funcionamento na UFVJM e, portanto, é de extrema  
25 importância que o curso explique sua identidade no PPC, apresentando de forma mais detalhada  
26 e contextualizada as características do trabalho desenvolvido na região do Vale do Mucuri.  
27 Luciane afirmou que não foi possível observar a ação docente apresentada no PPC, sendo que  
28 essa característica é fundamental, pois o PPC precisa ser vivo e dinâmico e vem para reforçar e  
29 fundamentar a prática pedagógica de cada docente. Luciane compartilhou que o trabalho  
30 desenvolvido pela DAP é pautado no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior,  
31 sendo que todos os apontamentos e observações foram realizados a partir do instrumento  
32 citado. Luciane se colocou a disposição para sanar dúvidas e explicou que o NDE tem  
33 autonomia para acatar as orientações ou não, porém a DAP não abriria mão das considerações  
34 realizadas, sendo que se o PPC for encaminhado para as instâncias superiores sem as  
35 alterações, as considerações da DAP seriam juntamente enviadas. Em seguida, Luciane passou  
36 a palavra para Juliana que iniciou sua fala se apresentando e informando aos presentes que  
37 assumiu o cargo na DAP/Teófilo Otoni recentemente e por isso ainda está aprendendo o  
38 trabalho. Informou que durante o período de abertura do processo de atualização do PPC, ela se  
39 encontrava de férias, dessa forma, Luciane e Sueli procederam com a análise. Após o retorno  
40 das férias, Juliana fez uma análise complementar, já que a análise já havia sido realizada.  
41 Afirmou ainda que todas as observações foram realizadas de acordo com a legislação e as  
42 regulamentos. Juliana alegou ter proposto que fosse integrado o que a legislação e as

43 proposições da UFVJM dizem em relação aos PPCs e o modelo da CAPES, para que dessa  
44 forma o PPC atenda essas duas instâncias. A professora Adriana afirmou que o curso de  
45 Administração Pública recebeu o modelo com a proposta da CAPES em dezembro de 2019,  
46 período fora do calendário acadêmico. Desta forma, só foi possível convocar reuniões a partir  
47 de março. Devido a pandemia o calendário acadêmico foi suspenso, sendo retomado no final do  
48 mês de abril, o que dificultou ainda mais o processo. A coordenadora afirmou ainda que devido  
49 a todos os acontecimentos, o tempo foi relativamente curto para que fossem realizadas todas as  
50 alterações necessárias no PPC. O professor Edimilson questionou à Juliana se os códigos das  
51 disciplinas colocados no PPC deveriam ser os mesmos ou se seriam criados novos códigos.  
52 Juliana afirmou que caso a unidade curricular não sofra alteração de carga horária, alterações  
53 significativas de conteúdo ou mudança do nome da disciplina, mantém-se o mesmo código,  
54 caso contrário é criado um novo código para a disciplina. A professora Adriana questionou se  
55 os códigos das disciplinas já deveriam ser incluídos no PPC antes de sua aprovação ou se eles  
56 poderiam ser gerados depois e se os códigos das disciplinas enviadas pela CAPES  
57 permaneceriam os mesmos ou se sofreriam alteração. Questionou também em relação as  
58 observações realizadas pela DAP no que diz respeito as disciplinas eletivas e optativas, que  
59 foram consideradas pelos mesmos como divergentes em relação ao regulamento do curso.  
60 Luciane informou que Sueli entraria na reunião para esclarecer as dúvidas referentes a matriz  
61 curricular. Sueli informou que se a disciplina for vinculada apenas ao currículo e não sofrer  
62 alteração, será mantido o mesmo código, neste caso o código já pode ser inserido na estrutura  
63 curricular. No caso das novas disciplinas que foram incluídas, a DAP fará a inserção dos  
64 códigos após a aprovação do projeto. Sueli afirmou que é necessário que a estrutura curricular  
65 seja organizada conforme o modelo da UFVJM, que foi enviado por e-mail. Luciane afirmou  
66 que a DAP/Teófilo Otoni será responsável por realizar a codificação das unidades curriculares.  
67 A professora Adriana afirmou que no novo PPC proposto pela CAPES, algumas disciplinas  
68 eletivas passaram a ser consideradas como obrigatórias. A mesma questionou se nesse caso  
69 deveria acontecer a mudança do código. Sueli informou que não há necessidade de alteração do  
70 código, pois neste caso só foi alterado o tipo de disciplina, exceto se existir alterações na  
71 disciplina em si. Adriana afirmou que o curso de ADM Pública não possui carga horária  
72 prática, exceto nas disciplinas de estágio e que por isso o NDE encontrou dificuldades em  
73 preencher o quadro de disciplinas, já que o mesmo faz divisão entre carga horária prática e  
74 carga horária teórica, ela questionou o que fazer nesta situação. Questionou também como  
75 lançar as disciplinas de estágios no modelo de quadro de disciplina proposto. Sueli afirmou que  
76 se as disciplinas não possuem carga horária prática não é necessário listar e que a carga horária  
77 das disciplinas de estágio deve ser lançada na coluna de estágio. Luciane afirmou que todas as  
78 atividades desenvolvidas na disciplina de estágio e até mesmo a carga horária destinada a  
79 orientações devem ser lançadas na coluna de carga horária de estágio, pois são caracterizadas  
80 como extracurriculares. Luciane afirmou que é necessário mensurar se é compatível o montante  
81 de carga horária de estágio dentro do semestre, pois é importante que haja um equilíbrio a fim  
82 de que o aluno alcance o aprendizado. Não sendo permitido que o aluno faça 40 horas semanais  
83 de estágio com disciplinas concomitantes. Ainda segunda Luciane, é importante que o NDE  
84 reflita e faça essa distribuição registrando as decisões tomadas através de atas. A professora  
85 Adriana afirmou que no curso de Administração Pública o aluno que é servidor público, pode  
86 optar por fazer o aproveitamento de atividades profissionais como estágio curricular  
87 obrigatório. Adriana questionou se é necessário que esta informação conste no PPC, ou apenas  
88 no Regulamento de Estágio. Luciane afirmou ser necessário constar também no PPC, pois é ele  
89 que organiza o funcionamento do curso, ou seja, além do Regulamento de Estágio estar anexo

90 ao PPC, é importante que o PPC também aborde o tema. A professora Grazielle afirmou que  
91 teve algumas dúvidas na discussão da elaboração do PPC, pois até então nos projetos anteriores  
92 eles remetiam aos documentos e não explanavam o conteúdo dos mesmos, como uma maneira  
93 de se resguardar caso esses regulamentos viessem ser modificados, caso isso ocorresse o PPC  
94 ficaria com informações deturpadas. Grazielle questionou se eles deveriam incluir essas  
95 informações de forma mais minuciosa. Luciane afirmou que é interessante que seja apresentado  
96 no PPC um panorama em relação aos estágios, atividades complementares e etc., e isso não  
97 impede que eles se remetam ao regulamento. Dessa forma, se alguém tiver interesse no curso,  
98 terá acesso as informações de maneira mais prática. Luciene, explanou mais uma vez a  
99 necessidade do curso expor ao longo do PPC, as atividades desenvolvidas pelo corpo docente,  
100 pois notou que ele se encontra em um formato engessado. Desta forma, podem ser listados e  
101 descritos os projetos de extensão, projetos de ensino, projetos de pesquisa e programas  
102 desenvolvidos ao longo dos anos no curso. O PPC deve apresentar o papel das unidades  
103 curriculares e a prática docente como um todo. Juliana afirmou que um bom material para se  
104 basear em como incluir os itens referentes a prática pedagógica, é o check list que a DAP utiliza  
105 para fazer a análise. A professora Adriana questionou à Sueli, qual seria a divergência das  
106 disciplinas eletivas e optativas em relação ao regulamento. Sueli afirmou que de acordo com o  
107 regulamento da UFVJM, as disciplinas eletivas complementam a formação, pois são vinculadas  
108 ao currículo, e as disciplinas optativas, são disciplina ofertada pela universidade, não sendo  
109 necessariamente relacionadas a área de formação do curso. Sueli informou que no PPC do  
110 curso de ADM Pública, as eletivas estão com características de optativas e as optativas estão  
111 com características de eletivas, portanto, essa seria a divergência. A professora Grazielle  
112 afirmou que as disciplinas optativas já vieram definidas pela CAPES e que o PPC só veio com  
113 abertura para acrescentar as disciplinas eletivas. Adriana, questionou se isso seria um  
114 empecilho para a aprovação do projeto, já que o NDE não tem autonomia para fazer essas  
115 alterações. Sueli afirmou que não, porém nesse aspecto o PPC ficaria com características  
116 diferentes do regulamento da UFVJM. Luciane sugeriu que o NDE fizesse uma justificativa em  
117 relação a classificação das disciplinas eletivas e optativas. A professora Adriana afirmou que o  
118 curso de ADM Pública recebeu o modelo de PPC da CAPES em dezembro de 2019, sendo que  
119 no ofício também encaminhado pela CAPES, diz que o PPC deveria ser aceito em todas as  
120 instâncias da universidade até março de 2020. Afirmou também que esse prazo foi inviável, já  
121 que durante esse período estava fora do calendário acadêmico, dessa forma não foi possível  
122 convocar reuniões a fim de realizar as modificações no PPC. Luciane afirmou que é  
123 compreensível a fala da professora Adriana, porém alegou que o curso deveria recorrer aos  
124 órgãos máximos da universidade. A professora Adriana afirmou que apenas ela e a professora  
125 Grazielle são efetivas na DEAD e que os outros professores muitas vezes têm reuniões nos  
126 departamentos nos quais eles estão vinculados, por isso, algumas reuniões do NDE do curso de  
127 ADM Pública, não tiveram quórum. Luciane ressaltou que quando o curso receber alguma  
128 determinação com prazo estipulado, não só da CAPES, mas também de outras instâncias, deve-  
129 se encaminhar a tomada de decisão as instâncias superiores da universidade, para que a  
130 responsabilidade não fique apenas com a coordenação do curso. A professora Grazielle  
131 explanou sua dúvida em relação ao ementário. Questionou à Luciane se no campo de  
132 bibliografia poderia ser incluído qualquer bibliografia, tendo em vista que isso não veio pronto  
133 no projeto base do PNAP. Alegou ainda que as bibliografias não são usadas diretamente, porém  
134 são a base para construção da apostila que o PNAP, fornece aos alunos. Luciane afirmou que  
135 essas especificações precisam estar claras no PPC, tanto para a comunidade interna quando  
136 para a comunidade externa e que ao ler o PPC, a DAP também teve dúvidas em relação a isso.

